

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 466.241 - RJ (2018/0219083-0)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : CIRO PAULO DE ALMEIDA JUNIOR E OUTRO**  
**ADVOGADOS : CLAUDENOR DE BRITO PRAZERES - RJ093205**  
**CIRO PAULO DE ALMEIDA JUNIOR - RJ205924**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : LEANDRO BATISTA DA SILVA (PRESO)**

## **EMENTA**

*HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. RECEPÇÃO QUALIFICADA E QUADRILHA. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR PELO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU. WRIT PREJUDICADO.*

## **DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LEANDRO BATISTA DA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro nos autos do HC n.º 0043788-35.2018.8.19.0000.

Consta dos autos que o ora Paciente foi preso em flagrante delito, no dia 06/08/2018, em razão da suposta prática dos crimes descritos no art. 180, § 1º, c.c.o art. 288, parágrafo único, ambos do Código Penal. Em sede de audiência de custódia, a prisão foi convertida em preventiva.

Inconformada, teria a Defesa manejado prévio *writ*, cuja ordem foi denegada, por maioria, em acórdão assim ementado (fl. 96):

*"HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. PACIENTE PRESO EM FLAGRANTE PELA PRÁTICA, EM TESE, DOS CRIMES DE RECEPÇÃO QUALIFICADA E QUADRILHA. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. INCONFORMISMO DO IMPETRANTE QUE ALEGA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA QUE O PACIENTE RESPONDA O PROCESSO EM LIBERDADE. Decisão ora objurgada que se encontra suficientemente e circunstancialmente fundamentada em dados concretos até o momento coligidos em sede policial, sobretudo nos depoimentos prestados, que, ao contrário do que alega o impetrante, demonstram a presença de indícios suficientes de da participação do ora paciente no evento delitivo. In casu, a ele são imputados não só o delito de receptação qualificada, mas também de formação de quadrilha, pois, segundo consta dos autos, teria sido flagransiado com pelo menos outros quatros elementos em poder de duas carretas, produtos de roubo, fatos*

# Superior Tribunal de Justiça

*que, por si só, corroboram a necessidade da sua constrição cautelar, como forma de resguardar a ordem pública. Nesta senda, oportuno ressaltar que, diante da precariedade dos elementos de que dispõe o magistrado neste momento tão incipiente, não se pode dele exigir mais minudências que não as apresentadas, razão pela qual, repisa-se, encontra-se suficientemente fundamentado o r. decreto prisional. Por outra banda, não é por demais lembrar que o douto magistrado responsável pela instrução que, giza-se, sequer se iniciou, caso em seu curso verifique que não mais subsiste as razões que deram azo a tal medida, poderá, ou melhor dizendo, deverá revogá-la, a qualquer tempo, ou ainda substituí-la por medidas cautelares, independente de pedido. Noutro giro, no que concerne às alegadas condições pessoais favoráveis pinceladas na peça vestibular do presente mandamus, consoante pacificado na jurisprudência, tais condições, de per si, não constituem óbice à imposição da medida extrema, posto que presentes os motivos autorizadores do ergástulo. Por derradeiro, diante do acima pontuado, com toda as vênias a nobre defesa, refuta-se a pretensão quanto à extensão dos efeitos da decisão do juízo da custódia que concedeu aos corréus Reinaldo e Paulo Sérgio a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP. Constrangimento ilegal não configurado. ORDEM QUE SE DENEGA."*

No presente *writ*, afirmam os Impetrantes que a concessão da liberdade provisória aos corréus e negativa do mesmo benefício ao ora Paciente ofende o princípio da isonomia. Asseveram que o increpado não reitera nas práticas delitivas, exercendo a profissão de caminhoneiro. Destacam a primariedade do Agente, residência fixa e o fato de que os crimes em apuração não foram exercidos com violência ou grave ameaça.

Sustentam, ainda, não estar caracterizada a prática do delito previsto no art. 288 do Código Penal.

Requerem, liminarmente e no mérito, a extensão dos efeitos da decisão que concedeu aos corréus a aplicação das medidas descritas no art. 319 do Código de Processo Penal. Subsidiariamente, pedem a revogação da prisão preventiva.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 46-49.

Após reiterados pedidos, as judiciosas informações foram prestadas às fls. 96-102, com a juntada do acórdão impugnado.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 105-108, opinando pelo não conhecimento do *writ*.

É o relatório.

Decido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Em consulta ao endereço eletrônico do Tribunal de origem, verifica-se que, em 25/09/2019, o Juízo de primeiro grau revogou a prisão preventiva, considerando que foram ultrapassados todos os prazos razoáveis para manutenção da prisão preventiva do Paciente que ia completar 14 meses encarcerado, sem previsão de encerramento do feito.

Determinada a expedição imediata do alvará de soltura, evidente a perda superveniente do objeto do presente *writ*.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do RISTJ, JULGO PREJUDICADO o *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora

